

Nova *onda* fase do *Plano* Baker

20 DEZ 1988

20 DEZ 1988
por Getúlio Bittencourt
de Nova York

MERCANTIL

20 DEZ 1988

O presidente eleito dos Estados Unidos, George Bush, fez ontem sua mais ampla declaração sobre a dívida externa do Terceiro Mundo, durante entrevista coletiva em Washington. Embora ressalve que o Plano Baker continua viável em parte, prometeu uma revisão profunda nessa política.

Em seu elogio ao plano que seu futuro secretário de Estado, James A. Baker III, fez em 1986 para tentar resolver a questão, Bush observou que graças a ele o setor privado teve um certo rejuvenescimento no Terceiro Mundo. Mas admitiu que os bancos comerciais estão sendo um pouco lentos para providenciar os empréstimos necessários.

"Vamos olhar tudo isso novamente", prometeu. E nisso que chamou de revisão profunda estarão envolvidos não apenas a Secretaria do Tesouro mas também o Departamento de Estado, através de Baker, e até mesmo o Conselho de Segurança Nacional, porque a dívida externa dos países em desenvolvimento tem provocado "enormes problemas" de segurança para os Estados Unidos.

Brasil, México e Argentina, os três maiores países

(Continua na página 7)

Os comentários de Bush foram feitos no mesmo dia em que o Banco Mundial (BIRD) juntou sua voz aos que pleiteiam uma reavaliação do Plano Baker. "O interesse declinante dos bancos comerciais em financiar os países muito endividados, aliado a incertezas contínuas advindas do peso atual da dívida, pode ser o sinal de que chegou a hora de reformular o consenso de 1985", alertou o BIRD.

(Ver página 7)

20 DEZ 1988

Nova fase do Plano Baker

por Getúlio Bittencourt
de Nova York

(Continuação da 1ª página)

devedores da América Latina, somam débitos de US\$ 290 bilhões. Mas Bush descartou a hipótese de puro e simples perdão da dívida, dizendo que não quer obrigar os bancos a riscar seus ativos. Ele procura o que chamou de soluções mais versáteis do que essa.

O embaixador brasileiro em Washington, Marcílio Marques Moreira, saudou dois "aspectos muito positivos" na entrevista do presidente eleito norte-americano: "Primeiro, o desejo que ele manifestou de inovar, dar novos passos, como está implícito em sua proposta de profunda revisão na política do setor. E, depois, o fato de ele ampliar o enfoque sobre a dívida, incluindo no seu exame três ministérios: o Departamento de Estado, o Conselho de Segurança Nacional e a Secretaria do Tesouro".

Marcílio observou que há algumas condicionantes das declarações de Bush, como a de que ele não apoia um perdão puro e simples da dívida. "Mas também isso não é o que se deseja", pondera o embaixador. "O ideal é que, depois de os bancos terem riscado parte da dívida, isso reverta em benefício da ampliação das relações financeiras e comerciais, com proveitos mútuos."

O embaixador brasileiro comunicou ontem à tarde o teor da entrevista de Bush ao ministro da Fazenda, Mailson Ferreira da Nóbrega, em Brasília. "O ministro considerou as declarações muito positivas", afirmou Marcílio a este jornal.

Para o governo brasileiro, as breves observações

de Bush acentuam uma tendência de revisão da política norte-americana em relação à dívida do Terceiro Mundo. A primeira informação objetiva nesse sentido foi dada ao secretário-geral do Itamaraty, embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima, quando ele visitou Washington em novembro.

Flecha de Lima encontrou, em suas conversas, indícios de que o governo norte-americano começava a ver a questão da dívida numa perspectiva mais ampla, com componentes políticos — por exemplo, comentaram as implicações do peso da dívida na sobrevivência das frágeis democracias da América Latina. E provavelmente por isso que Bush convocou o Conselho de Segurança Nacional para integrar o grupo que estuda o assunto.

Outro sinal havia sido dado pelo próprio Bush, numa declaração mais genérica, em que ele prometia tratar do assunto com mais atenção.

E provável que nos próxi-

mos dias sete dos oito embaixadores do "Grupo dos Oito" países latino-americanos, que recentemente se reuniram no Rio de Janeiro, entreguem um documento sobre sua dívida externa ao Departamento de Estado. Seria a terceira vez que os sete embaixadores cumprem missões semelhantes. Delas está sempre ausente um oitavo embaixador, o do Panamá, devido à crise política interna.

A primeira vez foi quando entregaram ao secretário de Estado George Shultz uma súmula do primeiro encontro dos oito presidentes (do Brasil, México, Argentina, Peru, Colômbia, Venezuela, Uruguai e Panamá) em Acapulco, no ano passado. A segunda foi na primeira quinzena de novembro, quando entregaram o relato do segundo encontro de presidentes em Punta del Este, no Uruguai.

O embaixador Marcílio acredita que o documento será entregue ainda ao atual governo Ronald Rea-

gan, "pois há muitos aspectos de continuidade entre os dois governos, e não se justificaria esperar até a posse de Bush".

Mas o documento ainda está sendo revisado pelos presidentes. De acordo com o embaixador brasileiro, porém, as três principais alternativas que o texto sugere como soluções para a dívida incluem formas de securitização dos títulos, ampliação das formas de redução do principal e novas fontes de financiamento. (Ver nesta página.)

Por securitização entende-se a obtenção de alguma garantia para o pagamento dos juros. Algo como o acordo que o México fez com o Morgan Guaranty neste ano, com a diferença de que os mexicanos ofereceram uma securitização (um cupom zero do governo norte-americano) para garantir o principal. Os bancos comerciais que-rem garantia para o serviço, que é mais lucrativo a longo prazo que o principal, como afirmou na semana

passada o presidente do American Express Bank, Richard Smith.

A ampliação das fórmulas de redução da dívida inclui várias opções, como conversão da dívida em investimentos, troca de títulos por exportações ou por programas de desenvolvimento e preservação do meio ambiente, etc.

A terceira alternativa segue a brecha inaugurada pela nova Lei do Comércio dos Estados Unidos, que já prevê a criação de uma entidade internacional que compraria os títulos dos bancos comerciais, com um desconto, e os repassaria aos países devedores.

Nas conversas que Marcílio vem mantendo com o governo norte-americano, "não se descartou um encontro entre os presidentes", mas não há nada definido por enquanto. Outros indicadores importantes nesse tema estão a caminho.

O mais relevante é que até 23 de fevereiro, com pouco mais de um mês no cargo, o presidente Bush terá de enviar ao Congresso a posição de sua administração sobre uma proposta contida na Lei do Comércio sobre alívio da dívida.

Os diferentes atores já se posicionaram. O Banco Mundial está disposto a ampliar seu papel, mas não a aceitar a responsabilidade de outros credores, como os bancos comerciais. Estes querem emprestar dinheiro de curto prazo, para financiamento de exportação e importação, ao Terceiro Mundo, deixando o longo prazo para as agências internacionais. E os países devedores querem alívio da dívida, o máximo e o mais rápido possível.